



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

PARECER JURÍDICO Nº 16/2025

Referência: Projeto de Lei Complementar Municipal nº 06/2025.

Autoria: Prefeito Municipal.

Sumário: Relatório. Fundamentação Jurídica. Conclusão.

RELATÓRIO

Foi encaminhado à Procuradoria Jurídica desta Casa, para a elaboração de parecer jurídico acerca da legalidade, constitucionalidade, formalidade jurídica e técnica legislativa, Projeto de Lei Complementar Municipal nº 06, de 10 de julho de 2025, que cria o cargo de Bacharel em Educação Física. A proposta veio acompanhada de justificativa subscrita pelo Prefeito Municipal. É o relatório. Passa-se ao opinativo.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

De início, cumpre destacar que o exame efetuado por esta Procuradoria Jurídica cinge tão somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência, tendo por base a legislação vigente, razão pela qual não se incursiona em discussões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, análise de exclusiva responsabilidade das Comissões Parlamentares e dos Vereadores desta Casa de Leis.

a) Competência

O tema em questão se insere no que dispõe a Lei Orgânica do Município acerca da sua competência privativa, em especial sobre instituição e alteração de questões atinentes a servidores públicos municipais, no tocante ao seu plano de carreira, tal como previsto em seu artigo 8º, IX.

Acerca da estrutura organizacional da municipalidade, o Projeto de Lei Complementar se apresenta revestido, sob o prisma do formalismo legislativo exigido, de condições quanto à competência e iniciativa, não havendo quaisquer obstáculos legais e/ou regimentais para a sequência de sua tramitação nesta Casa de Leis.

b) Procedimento

Quanto à espécie normativa adotada, o Projeto de Lei Complementar Municipal tramita de maneira adequada, uma vez que adota o rito legislativo complementar, liturgia esta típica e a adequada em relação aos preceitos legais e regimentais, quando o mesmo se trata da criação de novo órgão vinculado ao Poder Executivo e de cargos a ele atrelados.

Segundo o que preceitua o artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Monte Carlo e do artigo 97 do Regimento Interno da Câmara Municipal, os projetos de lei complementar carecem, para sua aprovação, do voto favorável da maioria dos membros desta Casa de Leis. Uma vez que nenhuma das normas referidas se mostrou suficientemente cautelosa para deixar claro a necessidade de dois turnos de votação e maioria absoluta para sua aprovação, utiliza-se, subsidiariamente, o entendimento comum e as regras empregadas



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

nas assembleias legislativas e Congresso Nacional, justamente para que estas se diferenciem do processo legislativo dos projetos de lei ordinária, que basta um único turno de votação e a maioria simples para que sejam aprovadas.

Compulsando o tema em questão, verifica-se que a proposta necessita ser submetida ao crivo das seguintes comissões: Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, nos termos de seus respectivos artigos, que se encontram previstos no Regimento Interno desta Câmara Municipal.

c) Considerações sobre a Matéria

A Projeto de Lei Complementar Municipal em tela pretende criar o cargo de Bacharel em Educação Física, expressando, em seu corpo, o número de vagas, o vencimento, a carga horária e a descrição sintética das atribuições que já se encontram previstas em anexos que integram a Lei Complementar nº 27/2007.

Conforme se extrai da justificativa firmada pelo Prefeito Municipal, *"não se trata de criação de novos cargos para preenchimento posterior, mas sim de correção de um equívoco verificado, haja vista que já existe profissionais nomeados em tais cargos, mas que equivocadamente foi realizado pela administração na gestão passada, processo seletivo e concurso, e, após nomeados profissionais sem que houvesse os cargos criados por lei competente"*.

Logo, pelos esclarecimentos trazidos no Projeto de Lei pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, a intenção com a proposição é meramente de adequar os profissionais que já estão atuando em uma norma específica que cria os cargos para fins de ajuste legislativo aos servidores públicos, não havendo impacto financeiro algum, pois apenas permitirá ao Município contar com quadro técnico especializado habilitado a elaborar políticas inerentes às atribuições previstas na norma, regularizando, assim, a situação que até o presente momento se apresenta irregular, do ponto de vista jurídico.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, não se constata a presença de vício de qualquer ordem, seja ela formal ou material, no corpo do Projeto de Lei Complementar Municipal apresentado. No tocante ao mérito, caberá somente aos Vereadores, no uso da função legislativa que lhes incumbe, verificar a viabilidade ou não da aprovação da proposta, respeitando-se, para tanto, as formalidades legais e regimentais.

É o parecer.

Monte Carlo/SC, 16 de julho de 2025.


Luiz Fernando Vescoli
Procurador Jurídico
OAB/SC 28.583